

Guilherme de Souza Nucci

Curso de Direito Processual Penal

16.^a edição

— revista, atualizada
e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2019 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Até a 14ª edição a obra foi publicada com o título “Manual de Direito de Processo Penal e Execução Penal”.
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 04.01.2019

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N876c

Nucci, Guilherme de Souza

Curso de direito processual penal / Guilherme de Souza Nucci. – 16. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8392-5

1. Processo penal - Brasil. I. Título.

18-54015

CDU: 343.21(81)

Sumário

CAPÍTULO I – Direito Processual Penal	1
1. Constituição, democracia e princípios constitucionais.....	1
1.1 Constituição.....	1
1.2 Democracia.....	8
1.3 Princípios constitucionais.....	11
2. Direitos e garantias humanas fundamentais.....	14
2.1 Conceito, importância e diferenças.....	14
2.2 A supremacia da Constituição sobre a legislação em geral.....	21
3. O processo penal democrático.....	25
4. Conceito de direito processual penal.....	27
4.1 Autonomia do processo penal.....	29
5. Teoria geral do processo: visão crítica.....	30
6. Interdisciplinaridade entre penal e processo penal.....	37
7. Relacionamento do direito processual penal com outros ramos jurídicos.....	39
7.1 Direito processual penal e constitucional.....	39
7.2 Direito processual penal e civil.....	40
7.3 Direito processual penal e administrativo.....	40

7.4	Direito processual penal e tributário	41
7.5	Direito processual penal e empresarial.....	41
7.6	Direito processual penal e execução penal	42
7.7	Direito processual penal e penitenciário.....	42
7.8	Direito processual penal e infância e juventude.....	43
7.9	Direito processual penal e militar	43
7.10	Direito processual penal e eleitoral.....	43
8.	Relacionamento do direito processual penal com outras ciências.....	44
8.1	Direito processual penal e psicologia	44
8.2	Direito processual penal e psiquiatria	44
8.3	Direito processual penal e antropologia	45
8.4	Direito processual penal e medicina legal	45
9.	Sistemas processuais penais	45
9.1	Sistema inquisitivo	46
9.2	Sistema acusatório.....	47
9.3	Sistema misto.....	49
9.4	Opção do sistema processual brasileiro	50
10.	Justiça retributiva <i>versus</i> justiça restaurativa	55
	<i>Resumo do capítulo</i>	58
 CAPÍTULO II – Princípios do Processo Penal		61
1.	Introdução.....	61
2.	Princípios regentes: dignidade da pessoa humana e devido processo legal.....	62
2.1	Dignidade da pessoa humana.....	62
2.1.1	Aspectos do crime e a dignidade da pessoa humana	64
2.1.2	Aspectos do processo e a dignidade da pessoa humana.....	70
2.2	Devido processo legal	73
2.2.1	Aspectos ligados ao crime	75
2.2.2	Aspectos ligados ao processo.....	75
2.2.3	A devida investigação penal.....	77
3.	Princípios constitucionais explícitos do processo penal	81
3.1	Concernentes ao indivíduo.....	81
3.1.1	Princípio da presunção de inocência.....	81
3.1.1.1	Princípios consequenciais da prevalência do interesse do réu (<i>in dubio pro reo, favor rei, favor inoecentiae, favor libertatis</i>) e da imunidade à autoacusação	83

3.1.2	Princípio da ampla defesa	84
3.1.3	Princípio da plenitude de defesa	84
3.2	Concernentes à relação processual	86
3.2.1	Princípio do contraditório	86
3.2.2	Princípio da isonomia das partes	86
3.3	Concernentes à atuação do Estado	87
3.3.1	Princípio do juiz natural e imparcial e princípio consequencial da iniciativa das partes e da motivação das decisões	87
3.3.1.1	O julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas e o juiz natural e imparcial....	90
3.3.2	Princípio da publicidade	91
3.3.3	Princípio da vedação das provas ilícitas	92
3.3.3.1	A ilegitimidade da utilização da psicografia como prova no processo penal.....	97
3.3.4	Princípio da economia processual e princípios correlatos e consequenciais da duração razoável do processo e da duração razoável da prisão cautelar	100
3.3.5	Princípios regentes do Tribunal do Júri.....	102
3.3.5.1	Sigilo das votações	102
3.3.5.2	Soberania dos veredictos	104
3.3.5.3	Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida	106
3.3.6	Princípio da legalidade estrita da prisão cautelar	107
4.	Princípios constitucionais implícitos do processo penal.....	108
4.1	Concernentes à relação processual	108
4.1.1	Princípio do duplo grau de jurisdição	108
4.2	Concernentes à atuação do Estado	110
4.2.1	Princípio do promotor natural e imparcial	110
4.2.2	Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública e princípio consequencial da indisponibilidade da ação penal.....	111
4.2.2.1	Mitigação da obrigatoriedade da ação penal ...	112
4.2.2.2	Delação premiada	112
4.2.3	Princípio da oficialidade.....	113
4.2.4	Princípio da intranscendência	113
4.2.5	Princípio da vedação do duplo processo pelo mesmo fato.....	113

5.	Princípios meramente processuais penais.....	113
5.1	Concernentes à relação processual	113
5.1.1	Princípio da busca da verdade real	113
5.1.2	Princípio da oralidade e princípios consequenciais da concentração, da imediatidade e da identidade física do juiz	117
5.1.3	Princípio da indivisibilidade da ação penal privada.....	118
5.1.4	Princípio da comunhão da prova	119
5.2	Concernentes à atuação do Estado	119
5.2.1	Princípio do impulso oficial.....	119
5.2.2	Princípio da persuasão racional	120
5.2.3	Princípio da colegialidade.....	120
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	122
	<i>Resumo do capítulo</i>	132
CAPÍTULO III – Evolução Histórica do Processo Penal.....		139
1.	Introdução	139
2.	Índia e Egito	141
3.	Palestina.....	142
4.	Grécia.....	143
5.	Roma	145
6.	A influência da igreja.....	147
7.	Visigodos	148
8.	Jurisdição eclesiástica.....	149
9.	Portugal.....	151
10.	Ordenações.....	152
11.	Brasil.....	154
12.	Constituição do Império do Brasil.....	155
13.	Leis especiais	156
14.	Código de Processo Criminal	157
	<i>Resumo do capítulo</i>	159
CAPÍTULO IV – Fontes do Processo Penal e Interpretação da Lei Processual Penal.....		163
1.	Conceito de fonte.....	163
2.	Fontes materiais.....	163
3.	Fontes formais.....	166

4.	Conceito de analogia	168
5.	Conceito de interpretação	170
6.	Espécies de interpretação	171
6.1	Interpretação literal ou gramatical.....	171
6.2	Interpretação restritiva (ou limitativa).....	172
6.3	Interpretação extensiva (ou compreensiva).....	172
6.4	Interpretação analógica	173
6.5	Interpretação sistemática.....	173
6.6	Interpretação lógica	174
6.7	Interpretação histórica.....	175
6.8	Interpretação teleológica	176
6.9	Interpretação histórico-evolutiva (<i>occasio legis</i>)	176
7.	Outras formas de interpretação e fontes indiretas	178
7.1	Quanto ao órgão ou pessoa qualificada da qual emana.....	178
7.1.1	Autêntica	178
7.1.2	Doutrinal ou judicial.....	178
7.1.2.1	Doutrinal propriamente dita	178
7.1.2.2	Jurisprudencial	179
7.2	Quanto à forma.....	181
7.2.1	Costume.....	181
7.2.2	Princípios gerais de direito.....	183
7.2.3	Equidade.....	183
7.2.4	Tratados e convenções	184
7.2.5	Brocardos jurídicos	184
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	185
	<i>Resumo do capítulo</i>	186
	CAPÍTULO V – Aplicação da Lei Processual Penal no Espaço	189
1.	Princípio da territorialidade	189
2.	Conceito de tratado e convenção	190
3.	Regras de direito internacional.....	190
4.	Exceção à regra da territorialidade	191
5.	Conflito entre tratado e direito interno.....	191
6.	Normas internacionais relativas aos direitos humanos fundamentais..	194
7.	Jurisdição política.....	195
8.	Justiça especial	195
9.	Tribunal de segurança nacional.....	196

10. Legislação especial	196
<i>Resumo do capítulo</i>	196
CAPÍTULO VI – Aplicação da Lei Processual Penal no Tempo	197
1. Regra geral.....	197
2. Normas processuais penais materiais	198
3. Ab-rogação e derrogação	200
4. <i>Vacatio legis</i>	200
<i>Jurisprudência selecionada</i>	200
<i>Resumo do capítulo</i>	201
Capítulo VII – Inquérito Policial e Outras Formas de Investigação	203
1. Introdução	203
2. Conceito de inquérito policial	204
3. Polícia judiciária	207
4. Outras investigações criminais	209
4.1 Ministério Público e investigação criminal	209
4.2 A possibilidade de a defesa promover investigação criminal.....	218
4.3 Investigação particular	220
5. A classificação das infrações penais pela autoridade policial.....	221
6. Início do inquérito policial.....	222
7. Identificação da espécie de ação penal para efeito de investigação	223
8. <i>Notitia criminis</i>	223
9. <i>Delatio criminis</i>	224
10. Investigações criminais contra autoridades com prerrogativa de foro	225
11. Requisição, requerimento e representação.....	225
12. Negativa de cumprimento à requisição	226
13. Conteúdo da requisição, do requerimento e da representação	227
14. Recusa da autoridade policial à instauração do inquérito quando oferecido requerimento do ofendido e a questão da denúncia anônima ...	228
15. Procedimento da autoridade policial.....	229
15.1 O princípio da insignificância	233
16. Indiciamento e constrangimento ilegal	233
17. Requisição de indiciamento	234
18. Motivação do indiciamento	234
19. O indiciado como objeto da investigação	235
20. Regras do interrogatório.....	236

21. Identificação criminal: dactiloscópica e fotográfica	237
21.1 A coleta de material biológico para DNA e a presunção de inocência	238
22. Reconstituição do crime	239
23. Prazo para a conclusão do inquérito	240
24. Contagem dos prazos	242
25. Cômputo do período de prisão temporária	243
26. Prisão preventiva decretada durante o inquérito policial	244
27. Instrumentos do crime e objetos de prova	244
28. Particularidades do inquérito policial	245
28.1 Inquisitivo	245
28.2 Sigiloso	245
28.3 Incomunicabilidade do indiciado	247
29. Relatório final	248
30. Indeferimento de novas diligências requeridas pelo Ministério Público	249
31. Inquérito como base da denúncia ou queixa e sua dispensabilidade	250
32. Termo circunstanciado	250
33. Curador	251
34. Arquivamento do inquérito e outras providências	252
34.1 Controle do arquivamento do inquérito policial e de peças de informação	253
34.1.1 Arquivamento de Procedimento Investigatório Criminal (PIC)	254
34.1.2 Remessa do PIC à polícia judiciária com requisição de instauração de inquérito policial	255
34.2 Utilização do art. 28 do CPP no caso da suspensão condicional do processo	256
34.3 Requerimento de arquivamento em competência originária	257
34.4 Arquivamento de inquérito de crimes contra a economia popular ou contra a saúde pública	257
34.5 Recurso institucional contra arquivamento promovido pelo Procurador-Geral	258
34.6 Obrigatoriedade de oferecimento de razões e o denominado arquivamento implícito	258
34.7 Arquivamento indireto	260
34.8 Arquivamento requerido pelo Ministério Público Federal	261
34.9 Determinação judicial de retorno dos autos de inquérito à polícia para novas diligências	261

35. Trancamento do Inquérito Policial	261
35.1 Trancamento de Procedimento Investigatório Criminal	262
36. Prosseguimento das Investigações após o encerramento do Inquérito ou de procedimento investigatório do Ministério Público	262
<i>Jurisprudência selecionada</i>	263
<i>Resumo do capítulo</i>	268
CAPÍTULO VIII – Ação Penal	271
1. Fundamento constitucional	271
2. Conceito de ação penal	272
3. Espécies de ação penal	273
4. Ação penal popular	276
4.1 <i>Delatio criminis</i> ao Ministério Público	277
5. Processo e procedimento	278
5.1 Pressupostos processuais.....	278
6. Início da ação penal.....	279
7. Condições genéricas da ação penal.....	280
7.1 Possibilidade jurídica do pedido	282
7.2 Interesse de agir	284
7.3 Legitimidade de parte	285
7.3.1 Curador especial.....	286
7.3.2 Legitimação extraordinária.....	287
7.4 A justa causa para a ação penal	287
8. Condições específicas da ação penal.....	288
9. Representação do ofendido	289
10. Requisição do Ministro da Justiça.....	293
11. Ação penal privada e suas particularidades.....	295
11.1 Decadência.....	296
11.2 Renúncia.....	298
11.3 Perdão	300
11.4 Perempção.....	303
11.5 Ação privada subsidiária da pública	305
11.6 Espécies de ação privada	308
11.7 Sucessão e minoridade no contexto do oferecimento de queixa	309
11.8 Situação de pobreza e exercício de cidadania.....	310
12. Conteúdo e formalidades da denúncia ou queixa.....	311
12.1 Denúncia ou queixa genérica.....	315
12.2 Denúncia ou queixa alternativa.....	316

12.3	Concisão da denúncia ou queixa.....	316
12.4	Retificação da denúncia ou queixa no seu recebimento	317
12.5	Rejeição da denúncia ou queixa pelo juiz e recebimento pelo tribunal	317
12.6	Recebimento ou rejeição parcial da denúncia ou queixa	318
12.6.1	A fundamentação da decisão que recebe a denúncia ou queixa	319
12.7	Poderes especiais para o ingresso de queixa	320
12.8	Exigência de prova pré-constituída para instruir a queixa	321
12.9	Aditamento da queixa pelo Ministério Público	321
12.10	Intervenção do Ministério Público na ação penal privada	323
12.11	Prazo para o oferecimento de denúncia e modo de contagem ...	324
13.	Reconhecimento da extinção da punibilidade	325
13.1	Morte do réu	325
13.2	Certidão de óbito falsa.....	326
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	327
	<i>Resumo do capítulo</i>	334
CAPÍTULO IX – Ação Civil <i>Ex Delicto</i>		337
1.	Conceito.....	337
2.	Separação da jurisdição	338
3.	Sentença condenatória como título executivo.....	341
4.	Sentença concessiva de perdão judicial	341
5.	Decisão de extinção da punibilidade pela prescrição ou outra causa ...	341
6.	Revisão criminal	342
7.	Extensão do ressarcimento do dano	342
8.	Responsabilidade civil de terceiro e devido processo legal.....	343
9.	Excludentes de ilicitude e formação da coisa julgada no cível	345
10.	Existência de sentença absolutória penal	346
11.	Vítima pobre e legitimidade de agir do Ministério Público.....	347
11.1	A eventual revogação do art. 68 do CPP pelo Estatuto da Advocacia	348
	<i>Resumo do capítulo</i>	349
CAPÍTULO X – Jurisdição e Competência		351
1.	Conceito de jurisdição	351
2.	Princípios regentes da jurisdição criminal.....	352
2.1	Sobre a indelegabilidade da jurisdição	353

3.	Conceito de competência	355
4.	Competência absoluta e competência relativa.....	356
5.	Quadro geral de competência.....	357
6.	O lugar da infração penal como regra geral para a competência do foro	358
6.1	O domicílio ou residência do réu como foro supletivo.....	361
6.2	A matéria como regra específica de competência.....	363
6.2.1	O conflito de competência entre a Justiça Eleitoral e o Tribunal do Júri	365
6.3	A prerrogativa de foro como regra específica de competência.....	370
6.3.1	Competência originária decorrente da prerrogativa de função ou da matéria	372
6.3.2	Notas especiais em relação à competência excepcional de prerrogativa de função.....	378
6.3.2.1	Magistrados e membros do Ministério Público	378
6.3.2.2	A conciliação entre o foro privilegiado decorrente da prerrogativa de função e a competência constitucional do Tribunal do Júri.....	379
6.3.2.3	Perpetuação da jurisdição em casos de foro privilegiado	380
6.3.2.4	Extensão do foro privilegiado às ações de improbidade administrativa	382
6.3.2.5	Exceção da verdade nos crimes contra a honra.....	383
6.3.2.6	Sobre a aplicação do art. 85 do CPP à hipótese da difamação.....	383
6.3.3	Notas especiais em relação à competência excepcional quanto à matéria.....	384
6.3.3.1	Pontos relevantes acerca da Justiça Militar....	384
6.3.3.2	A competência especial do juiz da execução penal	385
6.4	A distribuição como alternativa à competência cumulativa supletiva	387
6.5	Conexão e continência como regras de alteração de competência	388
6.5.1	Conceito de conexão.....	390
6.5.2	Conexão material e conexão processual.....	392
6.5.3	Conexão e continência no contexto das infrações de menor potencial ofensivo	393

6.5.4	Espécies de conexão	394
6.5.4.1	Conexão intersubjetiva por simultaneidade	394
6.5.4.2	Conexão intersubjetiva por concurso	395
6.5.4.3	Conexão intersubjetiva por reciprocidade	395
6.5.4.4	Conexão objetiva	396
6.5.4.5	Conexão instrumental.....	396
6.5.5	Conceito de continência.....	397
6.5.5.1	Continência em razão do concurso de pessoas	397
6.5.5.2	Diferença da continência por concurso de pessoas e da conexão por concurso.....	397
6.5.5.3	Continência em razão do concurso formal de crimes	398
6.5.6	Diferença entre crime único, conexão e continência.....	398
6.6	A prevenção como critério residual de fixação de competência ...	398
7.	Regras para a eleição do foro prevalente	401
7.1	Competência prevalente do júri	402
7.1.1	Descoberta da conexão ou continência após a prolação da sentença de pronúncia.....	402
7.1.2	Conexão e continência, prerrogativa de foro e júri.....	403
7.2	Jurisdição da mesma categoria	403
7.3	Jurisdição de categoria diversa	405
7.3.1	Exceção à regra quando a competência for estabelecida pela Constituição.....	406
7.4	Jurisdição comum e especial.....	406
7.4.1	Força atrativa da Justiça Federal em face da Justiça Estadual	407
7.4.2	Justiça Federal e contravenção penal.....	407
8.	Exceções à regra da junção dos processos em caso de conexão e con- tinência	407
8.1	Jurisdição comum e jurisdição militar	407
8.2	Justiça comum e Justiça da Infância e Juventude.....	409
8.3	Separação dos processos em face da superveniência de doença mental	409
8.4	Impossibilidade de julgamento de réu ausente	410
8.5	Separação dos processos em razão da recusa de jurados.....	410
9.	Separação facultativa dos processos.....	411
9.1	Separação facultativa em caso de tempo ou lugar diferenciado	411

9.2	Separação facultativa em virtude do excessivo número de acusados.....	411
9.3	Separação facultativa em face de motivo relevante.....	412
10.	Perpetuação da jurisdição em casos de conexão e continência.....	412
10.1	A composição lógica das regras previstas nos arts. 81, 82 e 492, § 1.º, do CPP	413
11.	Conexão e continência no contexto das investigações policiais	415
12.	Autoridade de jurisdição prevalente	416
13.	Regras de aplicação da lei processual penal no espaço.....	417
13.1	Crimes a bordo de embarcações	417
13.2	Crimes a bordo de aeronaves.....	418
13.3	Regra residual de competência.....	419
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	419
	<i>Resumo do capítulo</i>	422
CAPÍTULO XI – Incidentes Processuais		433
1.	Introdução e conceitos.....	433
2.	Questões prejudiciais	434
2.1	Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar	434
2.2	Prejudiciais homogêneas e heterogêneas	434
2.3	Prejudiciais obrigatórias e facultativas	435
2.3.1	Prejudiciais obrigatórias	435
2.3.2	Prejudiciais facultativas	437
2.4	Prejudiciais devolutivas e não devolutivas.....	438
3.	Procedimentos incidentes	439
3.1	Exceções.....	439
3.1.1	Exceções de suspeição e de impedimento.....	440
3.1.2	Rol de causas de suspeição e de impedimento	440
3.1.3	Afirmação da suspeição ou impedimento de ofício	440
3.1.4	Procedimento para a recusa do juiz.....	441
3.1.5	Procedimento do juiz.....	443
3.1.6	Consequências da procedência da exceção.....	444
3.1.7	Suspeição ou impedimento em tribunal	445
3.1.8	Suspeição ou impedimento de membro do Ministério Público	447
3.1.9	Suspeição ou impedimento de peritos e outros auxiliares	448
3.1.10	Suspeição ou impedimento no Tribunal do Júri	449

3.1.11	Suspeição ou impedimento das autoridades policiais ...	450
3.1.12	Exceção de incompetência	451
3.1.13	Formalidades para a interposição da exceção de incompetência.....	451
3.1.14	Exceção de litispendência.....	453
3.1.15	Formalidades para a interposição da exceção de litispendência	454
3.1.16	Exceção de ilegitimidade de parte.....	454
3.1.17	Formalidades para a interposição da exceção de ilegitimidade de parte.....	455
3.1.18	Exceção de coisa julgada.....	455
3.1.19	Coisa julgada material e coisa julgada formal	457
3.1.20	Coisa julgada e coisa soberanamente julgada.....	457
3.1.21	Limites da coisa julgada.....	458
3.1.22	Formalidades para a interposição da exceção de coisa julgada.....	461
3.1.23	Petição única contendo mais de uma exceção.....	461
3.2	Incompatibilidades e impedimentos.....	461
3.2.1	Consequência do impedimento	463
3.3	Conflito de competência	463
3.3.1	Conflito de atribuição.....	465
3.3.2	Falso conflito de atribuição.....	465
3.3.3	Conflito em decorrência de conexão e continência.....	466
3.3.4	Procedimento para o conflito de competência.....	467
3.3.5	Outras possibilidades de conflito de competência.....	469
3.3.6	Desaparecimento do conflito antes do julgamento pelo Tribunal	469
3.3.7	Suspensão do processo em caso de conflito.....	470
3.4	Restituição de coisas apreendidas	471
3.4.1	Procedimento da restituição de coisas apreendidas	472
3.4.2	Apreensão de coisa adquirida com os proventos da infração	474
3.4.3	Prazo máximo para requerer a restituição.....	475
3.5	Medidas assecuratórias.....	475
3.5.1	Sequestro	475
3.5.1.1	Requisito fundamental para o sequestro	477
3.5.1.2	Procedimento do sequestro	477
3.5.1.3	Levantamento do sequestro.....	480

3.5.2	Especialização de hipoteca legal.....	480
3.5.2.1	Procedimento para a especialização	481
3.5.3	Arresto de bens móveis para garantia de indenização e despesas	483
3.5.3.1	Procedimento do arresto dos bens móveis....	484
3.5.4	Finalização da especialização e do arresto	484
3.5.5	Alienação antecipada de bens.....	485
3.6	Incidente de falsidade	486
3.6.1	Procedimento do incidente de falsidade	486
3.6.2	Sobre os termos falsidade e documento	487
3.6.3	Efeitos limitados da decisão do incidente	488
3.7	Incidente de insanidade mental.....	488
3.7.1	Procedimento do incidente de insanidade mental	489
3.7.2	Internação do indiciado ou acusado em estabelecimento apropriado	491
3.7.3	Suspensão do processo em caso de superveniência de doença mental.....	493
3.7.3.1	A possibilidade de internação por prazo indeterminado antes da conclusão do processo	493
3.8	Incidente de ilicitude de prova	494
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	494
	<i>Resumo do capítulo</i>	499
CAPÍTULO XII – Provas		505
1.	Conceito e sentido de prova	505
2.	Meios de prova.....	507
2.1	Prova emprestada	510
2.2	Provas ilícitas	510
3.	Finalidade e objeto da prova	512
4.	Ônus da prova	513
4.1	A inversão do ônus da prova.....	516
4.2	Momentos cabíveis para a produção de provas determinadas pelo juiz	516
5.	Sistemas de avaliação da prova	518
5.1	A pronúncia e as provas do inquérito.....	522
5.2	Provas típicas e atípicas	522
6.	Exame de corpo de delito e perícias em geral.....	523
6.1	Disposições gerais	523

6.2	Diferença entre corpo de delito e exame de corpo de delito	527
6.3	Confissão e corpo de delito.....	528
6.3.1	Exemplo histórico de formação da materialidade por confissão: o caso dos irmãos Naves.....	529
6.4	Formalização do laudo pericial	531
6.5	Necropsia.....	535
6.6	Exumação e inumação.....	536
6.7	Exame de corpo de delito em caso de lesões corporais.....	537
6.8	Exame de local	538
6.9	Exame laboratorial	539
6.9.1	A inexigência da colaboração do réu para a realização dos exames de laboratório, fornecendo material.....	539
6.10	Perícia em furto qualificado e crimes afins.....	540
6.11	Laudo de avaliação	541
6.12	Exame de local de incêndio	542
6.13	Exame de reconhecimento de escritos (grafotécnico).....	542
6.14	Exame dos instrumentos do crime (o uso de arma de fogo no roubo)	544
6.15	Quesitos na realização de perícia	545
6.16	Exame por precatória.....	546
6.17	Divergência entre peritos e vinculação do juiz à prova pericial	546
6.18	Indeferimento da produção de prova pericial	548
7.	Interrogatório.....	549
7.1	Conceito	549
7.2	Natureza jurídica do interrogatório	549
7.3	Obrigatoriedade do interrogatório	550
7.4	Interrogatório da pessoa jurídica	552
7.5	Presença do defensor	553
7.6	Interrogatório de réu preso	554
7.6.1	O interrogatório por videoconferência e a ampla defesa....	554
7.6.2	Requisitos para a realização do interrogatório por videoconferência.....	557
7.6.3	Procedimento para o uso da videoconferência	559
7.6.4	Outros atos processuais e videoconferência	560
7.7	Efetividade da ampla defesa e a interferência do defensor antes do interrogatório	561
7.8	Classificação do interrogatório.....	561
7.9	Direito do acusado ou indiciado ao silêncio	563

7.10	Procedimento do interrogante e do interrogado	564
7.11	Colaboração das partes no interrogatório.....	565
7.12	Interrogatório em separado	566
7.13	Formas especiais de interrogatório	567
7.14	Curador ao réu menor de 21 anos e outros incapazes.....	568
7.15	Formalização do interrogatório.....	569
7.16	Renovação do interrogatório	570
8.	Confissão	570
8.1	Conceito de confissão	570
8.2	Natureza jurídica e objeto da confissão.....	572
8.3	Espécies de confissão	572
8.4	Valor e fundamentos da confissão	572
8.5	Conceito de delação	577
8.5.1	Prós e contras da delação premiada.....	578
8.5.2	A delação premiada e suas fontes legais	580
8.5.2.1	Os abusos dos acordos de delação premiada...	582
8.6	CrITÉrios de avaliação da confissão e confronto com outras provas.....	584
8.7	Silêncio como elemento para o convencimento do juiz.....	585
8.8	Divisibilidade da confissão	585
8.9	Retratibilidade da confissão	585
9.	Do ofendido	586
9.1	Conceito de ofendido.....	586
9.2	Diversidade entre ofendido e testemunha	587
9.3	Obrigatoriedade da sua inquirição	588
9.4	Valor probatório da palavra da vítima.....	588
9.5	Reperguntas ao ofendido.....	590
9.6	Vítima não comete falso testemunho	591
9.7	Condução coercitiva e processo por desobediência	591
9.8	Comunicação dos atos processuais ao ofendido	592
9.9	Assistência ao ofendido	593
9.10	Preservação da intimidade do ofendido.....	593
10.	Prova testemunhal.....	594
10.1	Conceito de testemunha.....	594
10.2	Natureza jurídica	595
10.3	Classificação das testemunhas.....	595
10.4	Informante ou declarante	597

10.5	Pessoa como testemunha e formalidade do depoimento.....	597
10.6	Depoimento do menor inimputável comparsa do réu	599
10.7	Corréu como testemunha.....	600
10.8	Testemunho único.....	600
10.9	A importância do compromisso.....	600
10.10	Proteção à testemunha.....	602
10.11	Recusa da testemunha em fornecer dados qualificadores ou grau de parentesco ou afinidade	603
10.12	Recusa em depor	604
10.13	Formalidades da colheita do depoimento.....	605
10.14	Obrigação de depor e possibilidades legais de recusa	606
10.15	Proibição de depor	608
10.16	Impedimento legal para o compromisso.....	610
10.17	Produção de prova testemunhal pelo juiz e pelo Ministério Público	610
10.18	Colheita dos depoimentos em separado	612
10.19	Finalização do sistema presidencialista de inquirição.....	612
10.19.1	A ordem de inquirição das testemunhas e a geração de nulidade	614
10.20	Apreciação pessoal da testemunha	617
10.21	Contradita	619
10.22	Redação do depoimento.....	620
10.23	Influência do acusado na colheita do depoimento.....	622
10.24	Regularidade da intimação da testemunha e condução coercitiva	624
10.25	Depoimento por carta precatória, de ordem ou rogatória.....	627
10.26	Obrigatoriedade de participação do intérprete	631
10.27	Ausência, enfermidade e velhice da testemunha	631
10.28	Síntese para a prova testemunhal	632
11.	Reconhecimento de pessoas e coisas	633
11.1	Conceito de reconhecimento	633
11.2	Natureza jurídica	633
11.3	Reconhecimento fotográfico.....	633
11.4	Formalidades para o reconhecimento	634
11.5	Valor do reconhecimento como meio de prova	637
11.6	Reconhecimento informal.....	638
11.6.1	Reconhecimento por meio de videoconferência.....	638
11.7	Reconhecimento de coisa.....	639

11.8	Reconhecimento coletivo ou em grupo	639
11.9	Reconhecimento de imagens e vozes.....	639
12.	Acareação.....	640
12.1	Conceito de acareação	640
12.2	Natureza jurídica	641
12.3	Valor da acareação.....	641
12.4	Admissibilidade da acareação.....	641
12.5	Objeto da acareação	642
12.6	Requerimento das partes ou procedimento de ofício.....	642
12.7	Procedimento do magistrado na condução da acareação.....	642
12.8	Acareação à distância.....	643
13.	Prova documental.....	644
13.1	Conceito de documento	644
13.1.1	Prova informática.....	645
13.2	Regra para apresentação de documentos no processo	646
13.3	Documentos nominativo e anônimo.....	646
13.4	Fotografia do documento.....	648
13.5	Valoração e licitude do documento	648
13.6	Diligência de ofício	649
13.7	Documentos em língua estrangeira e a pública-forma	649
13.8	Finalização do processo e destino dos documentos	651
13.9	Documento e “documentação”	652
14.	Prova indiciária.....	652
14.1	Conceito de indício	652
14.2	Indução.....	653
14.3	Integração entre indução e dedução	655
14.4	Valor probatório dos indícios	656
14.5	Diferença entre indício e presunção	658
14.6	Contraindícios.....	659
14.6.1	A formação do corpo de delito por indícios.....	659
15.	Busca e apreensão.....	663
15.1	Conceito de busca e apreensão	663
15.2	Natureza jurídica	664
15.3	Momentos para a sua realização.....	664
15.3.1	A busca e apreensão determinada por Comissão Parla- mentar de Inquérito	665
15.4	Regras especiais de busca e apreensão.....	668

15.5	Fundamento e proteção constitucional da busca em domicílio..	668
15.6	Fundamento e proteção constitucional da busca pessoal	669
15.7	Mandado judicial certo e determinado	671
15.7.1	A licitude da abertura das cartas fechadas, encontradas no domicílio do acusado, verificando-se a utilidade do seu conteúdo para a formação da prova.....	674
15.8	Exigência do mandado judicial para a polícia.....	679
15.8.1	A validade da prisão em flagrante, após a constatação de crime permanente, quando do ingresso abusivo em domicílio.....	679
15.9	Requisitos do mandado de busca e provocação para a sua expedição.....	680
15.10	Dispensa do mandado de busca pessoal	682
15.11	Formalidades para a realização de busca domiciliar	683
15.11.1	O cumprimento do mandado de busca e apreensão pela Polícia Militar.....	684
15.11.2	A legitimidade da diligência de localização de outros objetos ilícitos, completamente fora do objetivo estipulado no mandado de busca, permitindo a descoberta de delito ignorado	687
15.12	Locais equiparados a domicílio	688
15.13	Busca em território alheio.....	689
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	689
	<i>Resumo do capítulo</i>	704

CAPÍTULO XIII – As Partes no Processo Penal

1.	Juiz.....	709
1.1	O juiz como sujeito da relação processual	709
1.1.1	Atuação do magistrado no processo.....	710
1.2	Sujeitos e partes secundárias na relação processual e terceiros...	712
1.3	Regularidade do processo e princípio do impulso oficial.....	713
1.4	Jurisdição como atributo fundamental da função do juiz e impedimentos.....	713
1.5	Suspeição do juiz	715
1.6	Cessação e manutenção do impedimento ou suspeição	720
1.7	Criação proposital de animosidade por má-fé.....	721
2.	Ministério Público.....	721
2.1	O Ministério Público como sujeito e parte na relação processual...	721
2.2	Impedimento do representante do Ministério Público.....	724

2.3	Funções principais no processo penal.....	725
3.	Acusado	726
3.1	O acusado como parte na relação processual.....	726
3.2	Indisponibilidade do direito de defesa	727
3.3	Inviabilidade de se exigir a colaboração do réu na produção de prova	727
4.	Defensor.....	728
4.1	Crítérios para nomeação, situação no processo e autodefesa.....	728
4.2	Desligamento da causa, ausência momentânea e defesa <i>ad hoc</i>	733
4.3	Nomeação no termo e impedimento	734
5.	Curador.....	734
6.	Assistência	735
6.1	Assistente de acusação	735
6.2	Intervenção do ofendido	736
6.3	Intervenção de outras pessoas como assistente de acusação	736
6.4	Intervenção da Ordem dos Advogados do Brasil em processos criminais nos polos ativo e passivo	738
6.4.1	A figura do <i>amicus curiae</i> no processo penal	738
6.5	Recebimento da causa no estado em que estiver	738
6.6	Corréu como assistente	739
6.7	Atribuições do assistente	740
6.7.1	Sobre a possibilidade de o assistente de acusação arrolar testemunhas	741
6.8	Oposição do Ministério Público à admissão do assistente	742
7.	Funcionários da Justiça.....	743
7.1	Denominação.....	743
7.2	Suspeição	743
8.	Peritos e intérpretes.....	744
8.1	Perito.....	744
8.2	Intérprete	744
8.3	Juiz atuando como perito ou intérprete	744
8.4	Disciplina judiciária do perito.....	744
8.5	Não intervenção das partes na nomeação do perito e sua atuação obrigatória	745
8.6	Impedimento dos peritos	746
8.7	Suspeição dos peritos.....	746
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	747
	<i>Resumo do capítulo</i>	750

CAPÍTULO XIV – Prisão e Liberdade Provisória	751
1. Conceito de prisão cautelar	751
2. Fundamento constitucional da prisão	752
3. Espécies de prisão processual cautelar.....	753
4. Controle da legalidade da prisão	754
5. Conceito de liberdade provisória	754
6. Fundamento constitucional da liberdade provisória.....	755
7. Formalidades da prisão.....	755
7.1 A inconstitucionalidade e ilegitimidade da prisão especial.....	762
8. Análise das modalidades de prisão cautelar	765
8.1 Prisão temporária	765
8.1.1 A prisão para averiguação	768
8.1.2 A prisão-condução coercitiva decorrente de operações policiais.....	769
8.2 Prisão em flagrante	770
8.2.1 Flagrante facultativo e flagrante obrigatório.....	773
8.2.1.1 A prisão em flagrante nos crimes de ação privada ou pública condicionada.....	774
8.2.2 Flagrante próprio ou perfeito.....	775
8.2.3 Flagrante impróprio ou imperfeito	775
8.2.4 Flagrante presumido	776
8.2.5 Flagrante preparado ou provocado.....	778
8.2.6 Flagrante forjado	779
8.2.7 Flagrante esperado	779
8.2.8 Flagrante diferido ou retardado.....	780
8.2.9 Flagrante nos crimes permanentes e habituais.....	780
8.2.10 Formalidades para a lavratura do auto de prisão em flagrante	782
8.2.10.1 A efetividade do direito ao silêncio em face da prisão em flagrante	783
8.2.10.2 O relaxamento da prisão em flagrante pro- movido pela autoridade policial.....	784
8.2.10.3 A apresentação espontânea do autor do delito à autoridade policial e a prisão em flagrante....	786
8.2.11 Controle jurisdicional da prisão em flagrante.....	787
8.2.11.1 Audiência de custódia	789
8.3 Prisão preventiva.....	796
8.3.1 Momento da decretação e período de duração	798

8.3.1.1	A justa medida da razoabilidade e da proporcionalidade na prisão cautelar	800
8.3.1.2	Prisão preventiva para forçar delação premiada	801
8.3.2	Requisitos para a decretação da prisão preventiva	802
8.3.3	Fundamentação da prisão preventiva	808
8.3.4	Circunstâncias legitimadoras e circunstâncias impeditivas da prisão preventiva	809
8.3.5	Modificações fáticas da situação determinante da prisão ou da soltura do réu	811
8.3.6	A apresentação espontânea do acusado	811
8.4	Prisão decorrente de pronúncia	812
8.5	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível	813
8.5.1	A prisão para recorrer, o tempo de espera para o julgamento da apelação e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	815
8.5.2	Prisão após decisão em 2.º grau	816
8.6	Medidas cautelares alternativas à prisão	819
8.6.1	Espécies de medidas cautelares	819
8.6.2	Requisitos para a decretação das medidas cautelares	820
8.6.3	Aplicação do contraditório e da ampla defesa	822
8.6.4	Descumprimento da medida cautelar alternativa	823
8.6.4.1	A decretação da prisão preventiva, para qualquer crime, em caso de descumprimento de medida cautelar alternativa	823
8.6.5	A detração no contexto das medidas cautelares alternativas	824
8.7	Prisão domiciliar	825
9.	Liberdade provisória	827
9.1	Liberdade provisória com fiança	828
9.1.1	Hipóteses que vedam a concessão de fiança	830
9.1.2	Valor da fiança	832
9.1.3	Condições da fiança	833
9.1.4	Fiança definitiva	834
9.1.5	Consequências possíveis da fiança	837
10.	Liberdade provisória sem fiança	840
10.1	Inviabilidade de concessão da liberdade provisória e contradição do sistema	841
10.2	Definição jurídica do fato e liberdade provisória	842

<i>Jurisprudência selecionada</i>	843
<i>Resumo do capítulo</i>	853
CAPÍTULO XV – Citação e Intimação	855
1. Conceito de citação	855
2. Formas de citação	855
2.1 Citação por mandado	855
2.1.1 Conteúdo do mandado de citação e demais formalidades	859
2.2 Citação do militar.....	859
2.3 Citação do funcionário público.....	860
2.4 Citação do réu preso	860
2.5 Citação por edital e por hora certa	860
2.5.1 Conteúdo do edital.....	862
3. Suspensão do processo e da prescrição	863
3.1 A suspensão do processo em face de citação por hora certa	864
3.2 A inexistência de revelia, a ausência e seus efeitos processuais	867
4. Conceito de intimação.....	869
5. Procedimento para as intimações	870
<i>Jurisprudência selecionada</i>	872
<i>Resumo do capítulo</i>	874
CAPÍTULO XVI – Sentença	877
1. Conceito de sentença	877
2. Outros atos jurisdicionais.....	878
3. Natureza jurídica da sentença.....	879
4. Outras classificações	880
5. Conteúdo da sentença.....	880
6. Modificação da definição jurídica do fato	881
7. Correlação entre acusação e sentença.....	883
7.1 O princípio da ampla defesa e a alteração da definição jurídica do fato, promovida pelo juiz, na sentença.....	884
8. Descoberta de elementar que provoque a alteração da definição jurídica do fato	886
9. Independência do juiz para julgar.....	889
10. Absolvição vinculada	891
11. Elementos da sentença condenatória.....	892

11.1	A fixação do valor mínimo para a reparação civil do dano causado pela infração penal.....	893
11.2	Detração e regime inicial de cumprimento da pena.....	894
12.	Publicação e intimação da sentença.....	895
13.	Efeitos da sentença condenatória.....	896
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	897
	<i>Resumo do capítulo</i>	900
CAPÍTULO XVII – Procedimentos		901
1.	Processo e procedimento.....	901
2.	Procedimento e devido processo legal.....	901
2.1	A regionalização do processo penal.....	902
3.	Procedimento comum e procedimento especial.....	903
4.	Procedimento comum.....	904
4.1	Procedimento ordinário.....	904
4.2	Procedimento sumário.....	910
4.3	Procedimento sumaríssimo.....	912
5.	Procedimentos especiais.....	912
5.1	Aplicação da Lei 9.099/95 aos procedimentos especiais.....	912
5.2	Modificações introduzidas pela Lei 10.259/2001 e confusão legislativa: um bom exemplo.....	914
5.3	Adoção do procedimento previsto na Lei 9.099/95 para os crimes contra idosos.....	918
5.4	Procedimento dos crimes falimentares.....	919
5.5	Procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.....	925
5.6	Procedimento dos crimes contra a honra.....	927
5.7	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial.....	931
5.8	Procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos ..	936
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	940
	<i>Resumo do capítulo</i>	942
CAPÍTULO XVIII – Tribunal do Júri		959
1.	Origem histórica do Tribunal do Júri.....	959
2.	O Júri na Constituição Federal.....	961
3.	O Tribunal do Júri como órgão do Poder Judiciário.....	963
4.	Competência constitucional para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.....	963
5.	A formação da culpa no procedimento do júri.....	965
6.	O procedimento especial do júri e a fase de avaliação da admissibilidade da acusação.....	965

7. Pronúncia	969
7.1 Requisitos para a pronúncia.....	969
7.2 Conteúdo da decisão de pronúncia e sua influência sobre os jurados	971
7.2.1 A extensão da fundamentação da pronúncia	972
7.3 Os crimes conexos na pronúncia	974
7.4 Alteração da classificação do crime	975
7.5 Possibilidade de correção da pronúncia.....	975
8. Impronúncia.....	976
8.1 A inconveniência da impronúncia.....	977
9. Desclassificação da infração penal.....	978
9.1 A possibilidade de haver conflito negativo de competência após a desclassificação	979
10. Absolvição sumária	981
10.1 A absolvição sumária proferida por juiz togado e a competência constitucional do Tribunal do Júri para julgar os crimes dolosos contra a vida.....	982
10.2 Semi-imputabilidade.....	982
11. Intimação da pronúncia.....	983
12. Libelo crime-acusatório.....	984
12.1 Conceito	984
12.2 Consequências da eliminação do libelo	984
13. Fase de preparação do Plenário	985
13.1 Justificação	986
13.2 Desaforamento.....	987
13.3 Supressão de nulidade.....	991
13.4 Providências para o julgamento	991
14. Organização e composição do Tribunal do Júri e função do jurado	993
14.1 Organização do Júri	993
14.2 A composição do Tribunal do Júri e a garantia de ocorrência de um julgamento imparcial do réu pelos próprios pares.....	995
14.3 Composição do Júri	996
14.4 Função do jurado	997
15. Julgamento em Plenário	1001
15.1 Formalidades iniciais.....	1001
15.1.1 A legitimidade do empréstimo de jurados de um plenário para outro, formando-se o <i>quorum</i> mínimo para o início da sessão de julgamento	1001
15.1.2 O alcance da publicidade do julgamento pelo Tribunal do Júri: a transmissão ao vivo pelos meios de comunicação.....	1002
15.1.3 O uso de algemas pelo réu em plenário.....	1004

15.2	Formação do Conselho de Sentença.....	1007
15.3	Interrogatório do réu	1012
15.4	Relatório do processo e leitura de peças.....	1014
15.5	Produção da prova testemunhal.....	1014
15.6	Debates	1016
15.6.1	Os acordos feitos pelas partes antes de iniciar o julgamento em plenário e a soberania do Tribunal do Júri...	1016
15.6.2	O direito ao aparte.....	1018
15.6.3	A inovação da tese de defesa durante a tréplica	1020
15.6.4	A vedação a referências acerca de peças dos autos e situações processuais.....	1022
15.7	Procedimento para o julgamento.....	1025
15.7.1	O julgamento realizado em sala secreta e o princípio constitucional da publicidade.....	1027
15.8	Quesitos e questionário	1029
15.8.1	Regras para a redação do questionário.....	1030
15.8.2	A viabilidade do quesito relativo à continuidade delitiva	1034
15.8.3	A elaboração de quesitos em relação às agravantes e atenuantes.....	1036
15.8.4	A iniciativa de propor a inserção do quesito de falso testemunho ou da falsa perícia no questionário	1039
15.9	Votação em sala secreta	1040
15.10	Sentença do Juiz Presidente	1043
15.10.1	A desclassificação imprópria e suas consequências na votação do questionário e no julgamento da causa	1045
15.11	Ata do julgamento.....	1049
15.12	Atribuições do Juiz Presidente do Tribunal do Júri.....	1050
15.12.1	O controle da eficiência da acusação pelo juiz presidente, do mesmo modo que deve fazer no tocante à defesa	1051
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	1052
	<i>Resumo do capítulo</i>	1064
	CAPÍTULO XIX – Nulidades	1067
1.	Conceito.....	1067
2.	Atos inexistentes e irregulares.....	1069
3.	Princípios que regem as nulidades.....	1070
3.1	Não há nulidade sem prejuízo	1070
3.2	Não há nulidade provocada pela parte.....	1072
3.3	Não há nulidade por omissão de formalidade que só interesse à parte contrária	1072

3.4	Não há nulidade de ato irrelevante para o deslinde da causa.....	1073
3.5	A nulidade de ato processual relevante pode desencadear a dos consequentes.....	1073
4.	Desatendimento de normas constitucionais.....	1074
5.	Nulidade em inquérito policial.....	1074
6.	Divisão legal entre nulidades absolutas e relativas.....	1075
7.	Espécies de nulidade absoluta.....	1076
7.1	Incompetência.....	1076
7.1.1	Coisa julgada e incompetência.....	1077
7.1.2	Anulação dos atos decisórios em caso de incompetência territorial.....	1078
7.2	Suspeição e impedimento.....	1078
7.3	Suborno do juiz.....	1079
7.4	Ilegitimidade de parte.....	1079
7.5	Ausência de denúncia ou queixa e representação.....	1080
7.5.1	Falta de assinatura na denúncia ou queixa.....	1080
7.6	Ausência do exame de corpo de delito.....	1081
7.7	Ausência de defesa ao réu e de nomeação de curador.....	1081
7.8	Falta de citação, ampla defesa e contraditório.....	1082
7.9	Falta da sentença de pronúncia, do libelo e da entrega da sua cópia.....	1083
7.10	Ausência do réu e realização da sessão.....	1084
7.11	<i>Quorum</i> para a instalação da sessão do júri.....	1084
7.12	Sorteio do Conselho de Sentença em número legal e incomuni- cabilidade dos jurados.....	1084
7.13	Inexistência dos quesitos e suas respostas.....	1085
7.14	Ausência de acusação e defesa no julgamento pelo Tribunal do Júri.....	1085
7.15	Ausência da sentença.....	1086
7.16	Ausência de processamento ao recurso de ofício.....	1086
7.17	Ausência de intimação para recurso.....	1087
7.18	Falta do <i>quorum</i> legal para a decisão.....	1087
7.19	Quesitos ou respostas deficientes e contradição entre elas.....	1087
8.	Espécies de nulidade relativa.....	1088
8.1	Infringência à regra da prevenção.....	1088
8.2	Falta de intervenção do Ministério Público.....	1088
8.3	Falta de concessão de prazos à acusação e à defesa.....	1089
8.4	Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento do Júri, quando a lei não permitir que se faça com sua ausência.....	1090
8.5	A não intimação das testemunhas arroladas no libelo e na con- trariedade.....	1090

8.6 Ausência da forma legal dos atos processuais	1090
9. Momento para arguição das nulidades relativas	1091
10. Convalidação e contaminação das nulidades	1091
<i>Jurisprudência selecionada</i>	1093
<i>Resumo do capítulo</i>	1098
CAPÍTULO XX – Recursos	1101
1. Fundamento constitucional do recurso.....	1101
2. Conceito de recurso	1102
3. Natureza jurídica do recurso.....	1103
4. Características fundamentais dos recursos.....	1103
5. Efeitos dos recursos.....	1105
6. Recurso de ofício	1105
7. Particularidades gerais e aspectos formais dos recursos	1107
7.1 Desvio da administração pública no processamento do recurso ...	1107
7.2 Impossibilidade de desistência do recurso do Ministério Público ...	1108
7.3 Múltipla legitimidade recursal.....	1108
7.3.1 A divergência entre o réu e seu defensor quanto a recorrer	1109
7.4 Interesse recursal.....	1110
7.5 Pressupostos de admissibilidade dos recursos	1111
7.6 Impedimentos ao processamento ou conhecimento dos recursos	1114
7.7 Princípio da fungibilidade dos recursos.....	1115
7.7.1 O parecer do Ministério Público em grau de recurso e os princípios do contraditório, da ampla defesa e da igualdade processual.....	1115
8. Recurso em sentido estrito.....	1117
8.1 Conceito	1117
8.2 Cabimento.....	1117
8.3 Processamento do recurso em sentido estrito.....	1128
9. Correição parcial	1131
9.1 Conceito	1131
9.2 Natureza jurídica da correição.....	1132
9.2.1 Fundamento constitucional e aplicação prática	1133
9.3 Processamento.....	1134
10. Reclamação.....	1135
10.1 Conceito de reclamação.....	1135
10.2 Fundamento constitucional	1136
10.3 Processamento da reclamação.....	1136
11. Agravo em execução criminal.....	1137
11.1 Conceito de agravo em execução criminal	1137

11.2	Rito do agravo.....	1137
12.	Apelação.....	1139
12.1	Conceito de apelação	1139
12.2	Hipóteses de cabimento da apelação	1140
12.3	Legitimidade recursal do Ministério Público e de terceiros.....	1146
12.4	Processamento da apelação.....	1149
12.5	Trâmite no tribunal.....	1152
12.5.1	A possibilidade de conciliar a vedação da <i>reformatio in pejus</i> e a soberania dos veredictos no Tribunal do Júri, quando houver nulidade do primeiro julgamento, reconhecida em apelação apresentada pelo réu	1156
13.	Agravo nos tribunais	1157
13.1	Conceitos.....	1157
13.2	Processamento	1157
14.	Protesto por novo júri	1158
14.1	Conceito e razão histórica da sua existência.....	1158
14.2	Inconveniência da manutenção do recurso e sua revogação.....	1158
14.3	Consequências imediatas da sua revogação	1159
15.	Embargos de declaração	1161
15.1	Conceito e extensão	1161
15.2	Processamento dos embargos de declaração	1162
16.	Carta testemunhável.....	1164
16.1	Conceito e natureza jurídica	1164
16.2	Cabimento e processamento da carta testemunhável.....	1164
17.	Embargos infringentes e de nulidade	1166
17.1	Conceito	1166
17.2	Processamento.....	1167
18.	Recursos extraordinário e especial.....	1168
18.1	Conceito de recurso extraordinário.....	1168
18.2	Conceito de recurso especial	1170
18.3	Distinção peculiar na aplicação do recurso especial e do extraordinário.....	1171
18.4	Reexame de matéria de fato	1171
18.5	Prazo e forma para a interposição dos recursos especial e extraordinário.....	1171
18.6	Súmulas do STF e do STJ regulando a matéria	1174
19.	Recurso ordinário constitucional.....	1175
20.	Embargos de divergência.....	1176
21.	Normas disciplinadoras da competência recursal	1177
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	1178
	<i>Resumo do capítulo</i>	1182

CAPÍTULO XXI – Ações de Impugnação.....	1187
1. Introdução.....	1187
2. Revisão criminal.....	1188
2.1 Conceito de revisão criminal e natureza jurídica.....	1188
2.1.1 Alguns dados históricos.....	1190
2.2 Polos ativo e passivo na revisão criminal.....	1191
2.3 Revisão criminal em confronto com outros princípios constitu- cionais.....	1193
2.3.1 A revisão criminal e a soberania dos veredictos no Tribunal do Júri.....	1194
2.4 Hipóteses para o cabimento da revisão criminal.....	1196
2.4.1 Um exemplo histórico de erro judiciário: o caso Mota Coqueiro.....	1201
2.4.2 Revisão criminal de homologação de sentença estran- geira.....	1202
2.5 Ônus da prova, oportunidade e reiteração do pedido.....	1203
2.6 Órgão competente para o julgamento da revisão criminal e processamento.....	1205
2.6.1 A possibilidade de libertação provisória do réu até o julgamento da revisão criminal.....	1207
2.7 Indenização pelo erro judiciário.....	1209
2.7.1 Estudos de erros judiciários.....	1212
3. <i>Habeas corpus</i>	1214
3.1 Conceito de <i>habeas corpus</i>	1214
3.2 Origem no Brasil.....	1215
3.3 Ampliação do seu alcance.....	1215
3.3.1 O <i>habeas corpus</i> para anular o julgamento e a soberania dos veredictos do Tribunal do Júri.....	1216
3.4 Natureza jurídica.....	1217
3.5 Espécies de <i>habeas corpus</i> e restrições à sua utilização.....	1218
3.6 Direito líquido e certo e hipóteses de cabimento.....	1219
3.7 Competência para conhecer do <i>habeas corpus</i>	1222
3.7.1 Regras gerais.....	1222
3.7.2 Competência constitucional do Supremo Tribunal Federal.....	1223
3.7.3 Competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça.....	1225
3.7.3.1 Prequestionamento em <i>habeas corpus</i>	1225
3.7.4 Competência constitucional do Tribunal Regional Federal e dos juízes federais.....	1226
3.7.5 Competência constitucional do Tribunal do Estado.....	1226
3.7.5.1 Promotor de justiça como autoridade coatora...	1226

3.8	Legitimidade ativa e passiva.....	1227
3.8.1	O particular como polo passivo no <i>habeas corpus</i>	1230
3.9	Formalidades e condições da impetração	1231
3.9.1	A decisão do juiz, o pedido de reconsideração e a impetração do <i>habeas corpus</i> no Tribunal	1233
3.10	Concorrência do <i>habeas corpus</i> com outra ação ou investigação.....	1234
3.11	A medida liminar em <i>habeas corpus</i> e outras providências cautelares	1235
3.12	Processamento do <i>habeas corpus</i>	1237
3.12.1	A restrição à produção de prova no <i>habeas corpus</i>	1238
3.12.2	O ônus da prova no <i>habeas corpus</i>	1239
4.	Mandado de segurança	1241
4.1	Conceito	1241
4.2	Admissibilidade do mandado de segurança em matéria criminal.....	1242
4.2.1	Competência constitucional do Supremo Tribunal Federal.....	1243
4.2.2	Competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça.....	1243
4.2.3	Competência constitucional do Tribunal Regional Federal e dos juízes federais	1244
4.2.4	Competência constitucional do Tribunal do Estado	1244
4.3	Alguns aspectos do processamento	1244
4.3.1	Medida liminar	1244
4.3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	1244
4.3.3	Petição inicial.....	1245
4.3.4	Litisconsórcio necessário.....	1245
4.3.5	Direito líquido e certo.....	1245
4.3.6	Prazo para ajuizamento	1246
4.3.7	Custas, despesas e honorários.....	1246
4.3.8	Efeitos da sentença sobre a liminar.....	1246
4.3.9	Participação do Ministério Público	1246
4.3.10	Recursos cabíveis.....	1246
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	1247
	<i>Resumo do capítulo</i>	1253
	CAPÍTULO XXII – Reabilitação	1255
1.	Conceito de reabilitação	1255
2.	Procedimento.....	1255
3.	Recurso de ofício	1256

4. Comunicação ao Instituto de Identificação	1257
5. Revogação da reabilitação	1257
<i>Jurisprudência selecionada</i>	1258
<i>Resumo do capítulo</i>	1259
CAPÍTULO XXIII – Relações Jurisdicionais com Autoridades Estrangeiras	1261
1. Fundamento constitucional	1261
2. Regras especiais	1262
3. Homologação de sentença estrangeira para efeitos penais	1263
3.1 Formalidades para a homologação	1264
4. Carta rogatória.....	1265
4.1 Conceito de carta rogatória.....	1265
4.2 Outras diligências.....	1266
4.3 Carta rogatória vinda do exterior.....	1267
<i>Resumo do capítulo</i>	1268
CAPÍTULO XXIV – Disposições Gerais do Processo Penal	1269
1. Audiências dos juízos (ou Varas) e sessões dos tribunais	1269
2. Publicidade dos atos processuais em geral.....	1270
3. Comportamento em audiências	1271
4. Realização dos atos processuais.....	1272
5. Conceito de prazo e contagem.....	1272
5.1 O início da contagem quando a intimação for feita por mandado ou precatória	1275
6. Retirada dos autos de cartório	1277
7. Custas nos processos criminais	1277
7.1 A sucumbência e sua regulação no processo penal quanto à verba honorária	1278
8. Estatísticas criminais.....	1280
<i>Jurisprudência selecionada</i>	1281
<i>Resumo do capítulo</i>	1284
Bibliografia	1285
Obras do Autor	1317

Nota da Editora: as alterações na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).